

## O ensino da leitura, a religião e o trabalho nos livros de leitura de Abílio Cesar Borges

### RESUMO

**Cleidiane da Silva Morais**  
[cleidimorais2010@hotmail.com](mailto:cleidimorais2010@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-4180-2651>  
Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

O crescimento do comércio livreiro na segunda metade do século XIX, especialmente com as tentativas de ampliação do público leitor e consumidor, fazia despontar, de forma cada vez mais incisiva, uma literatura escolar que se propunha a continuar a chamar a religião como forma de pacificar as diferenças, tomando a fé como dimensão definidora daquela ordem pela via da escritura sagrada. Para isto, o livro por excelência não seria mais a bíblia, pelo menos em sua materialidade direta como no século XVIII, nem somente os livros religiosos. Os compêndios escolares, em especial os livros de leitura, embora apontassem algumas mudanças, como a inserção de um ensino que primasse pela intuição se contrapondo aos métodos baseados na decoração, foram assumindo importante papel na elaboração do culto ao progresso aliado à religião e ao trabalho. Nesse sentido, o presente artigo busca investigar o processo de difusão das letras como via de construção e aceitação de um determinado projeto de sociedade que se daria aos mais pobres por meio da religião e do trabalho, tendo os manuais escolares, mais especificamente os livros de leitura de Abílio Cesar Borges, utilizados na Instrução Pública Primária do Ceará, na segunda metade do século XIX, os principais instrumentos por onde este projeto seria efetivado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livros de leitura. Instrução Pública Primária. Ensino de leitura. Religião. Trabalho.

## INTRODUÇÃO

Com a imagem de uma criança de joelhos e mãos postas em oração, a primeira lição do “Segundo Livro de Leitura”, intitulada “Amor de Deus”, de Abílio Cesar Borges, compêndio utilizado nas aulas primárias, no Ceará, já indica o caráter religioso do impresso, no qual se combinam às lições elementos da doutrina cristã e do velho e novo testamento, parecendo querer mirar a infância desde os seus primeiros anos de vida. Apresentando os valores com que seria instruída a “infância do povo”, esse período da vida do sujeito constituía o principal meio por onde as ideias do Barão de Macaúbas soariam de maneira satisfatória, sobretudo, às elites políticas. Afinal, Abílio se propunha com seu empreendimento a apresentar os caminhos por onde se “regeneraria” um povo, o que passava pela obediência às autoridades constituídas.

Si se quer melhorar um povo, regenerá-lo ou aperfeiçoá-lo, o único meio de conseguir consiste em dar a infância do povo, em livrinhos ao nível de suas forças intelectuais, as sans doutrinas da moral e da religião, da razão, da virtude e da ordem: e é só na escola que isso se pode fazer, e sob a direção de mestres dignos de tão grande tarefa (Borges, 1869, p. XV).

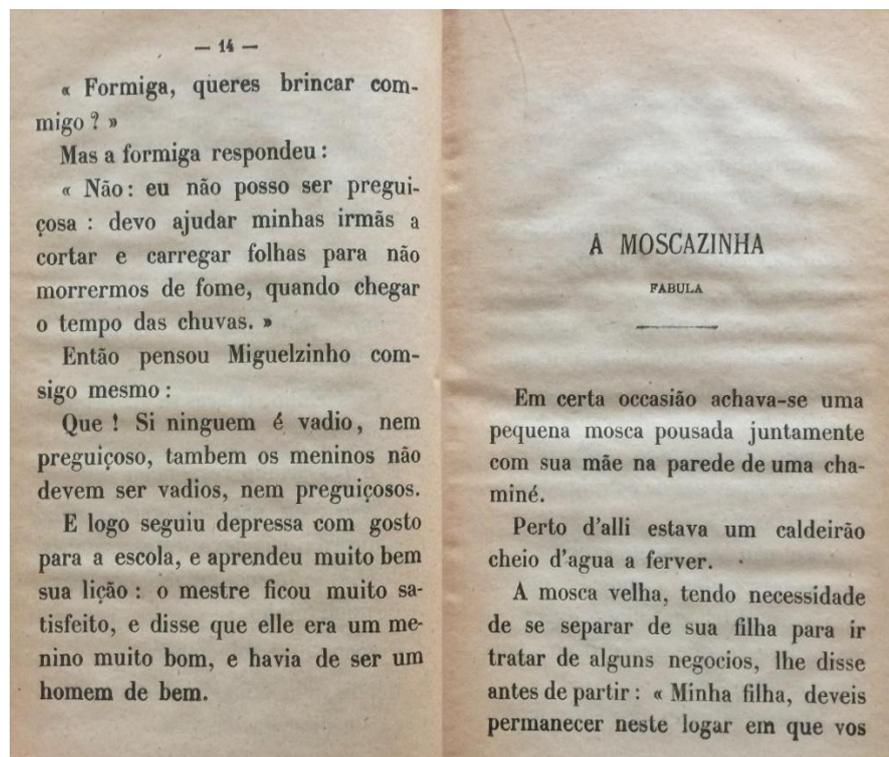
Naqueles idos, ao mercado livreiro, estava o desafio de pôr à disposição do público leitor livros que atendessem à exigência de difusão da alfabetização e, junto a esta, dos valores defendidos como patentes da civilização que a classe ilustrada desejava construir. A coleção de livros de leitura de Abílio Cesar Borges parecia atender a tais demandas. Em toda a sua materialidade, Abílio parecia unir diversos gostos e interesses. Os valores católicos e os métodos considerados mais modernos pelas elites intelectuais para a difusão da instrução dialogariam “harmoniosamente” de modo a estabelecer a participação de tais forças no próprio estado de coisas à época, especialmente no que concerne às mudanças necessárias na instrução pública que já se faziam presentes em países da Europa e nos Estados Unidos.

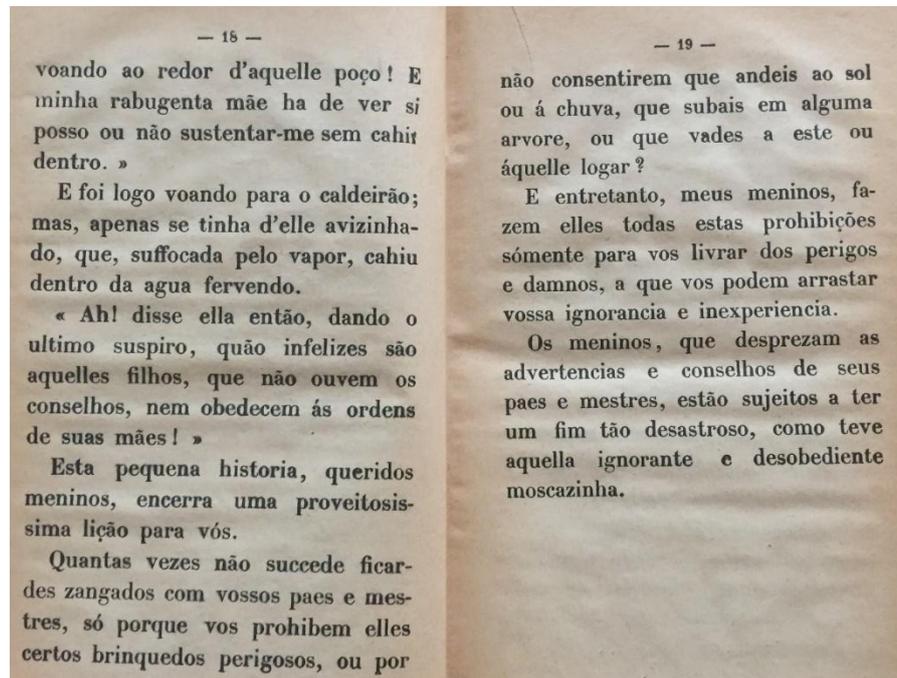
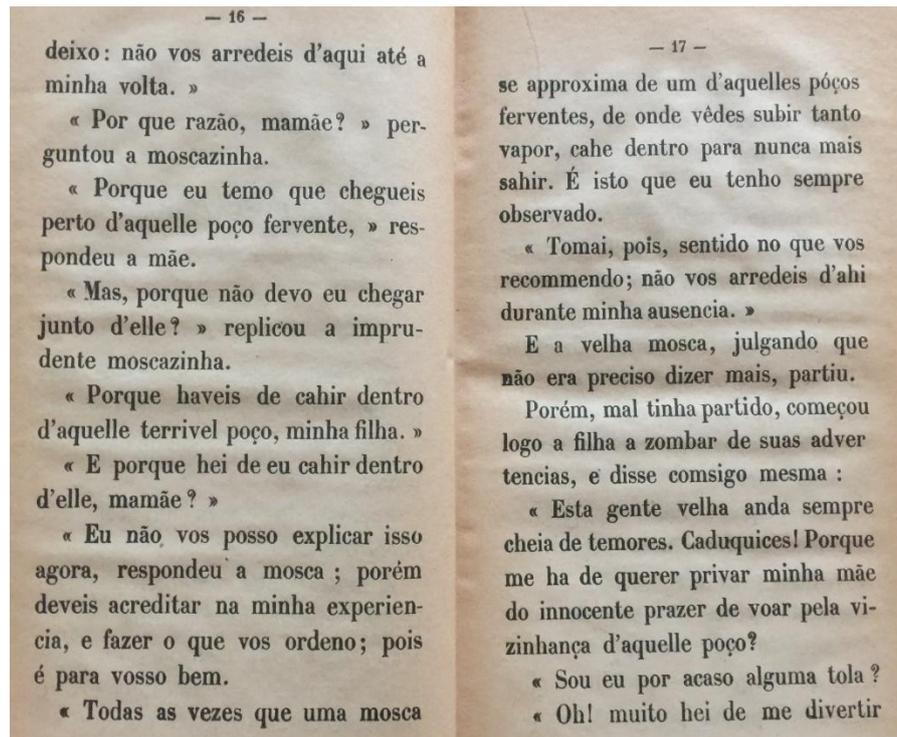
Alfabetização e civilização apareciam nos saberes a serem adquiridos como parte do repertório de uma cultura erudita que se desejava fazer alcançar. Junto ao aprimoramento e fluência ou mesmo a inserção dos leitores no mundo das letras, um conjunto de prescrições era posto quase que em alto grau como a finalidade última. Os enredos das histórias e fábulas revelavam o seu caráter de leitura direcionada não ao entretenimento, de forma despreziosa ou prazerosa, mas a uma cultura a ser impressa extremamente religiosa, baseada no temor e no castigo como parte do que as camadas mais abastadas tomavam como progresso e civilização (1).

Com relação aos seus conteúdos, os enredos das histórias e fábulas pareciam ir ao encontro, pela pedagogia e métodos, do próprio cotidiano das aulas. Elaborados a partir do que se pode chamar de uma pedagogia do medo, do temor e da consciência de culpa, na cena pública, o médico e educador baiano Abílio Cesar Borges criticava ferrenhamente o emprego de castigos físicos na instrução oficial (2). No entanto, a pedagogia contida nos seus livros acabava por reafirmar um modelo de educação em que a punição e o castigo constituía o principal meio de correção. Tal pedagogia se misturava e se fundia às virtudes

católicas dos livros de teologia moral, de vida dos santos, de história sagrada, todos elaborados a partir do livro por excelência, a bíblia.

Nas historietas e fábulas, as situações terrenas misturavam-se às histórias bíblicas como quem desejava, pela tradição católica, diga-se aqui, os seus ensinamentos, afirmar que as consequências de seus atos também seriam, assim como se deu no passado bíblico: a fome, o padecimento, as doenças, a humilhação pública. Embora não especifique se os castigos por parte dos mestres deveriam ser os de toda ordem, inclusive o físico, a maioria das histórias e fábulas possuía um fim trágico ou consequências desastrosas para os personagens que desprezavam as advertências e conselhos de seus pais e mestres, como contavam as lições que traziam cenas de mortes e doenças do seu “Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras” (Borges, 1869, p. 15).





**Figura 1:** Historieta do Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges **Fonte:** BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Fábula: “Moscazinha”, p. 15.

## **Aprender a ler, para primeiro, compreender ordens e ensinamentos: o culto à religião**

Com o crescimento da produção de manuais escolares, ainda que viesse a despontar como empreendimento que geraria grandes lucros somente nos anos finais do XIX e inícios do XX, sobretudo com as livrarias especializadas, como a Francisco Alves, “o esforço aculturador da Igreja vai continuar a pôr em jogo todas as formas de cultura, a folha impressa, a escrita, o canto, a música” (Roche, 2004, p. 290), como visto nos hinos e orações veiculados nos livros de leitura de Abílio Cesar Borges. Nesses manuais, vê-se uma litografia, “os dispositivos estéticos” (Dutra e Mollier, 2006, introdução), própria aos olhos das crianças, com imagens de seu cotidiano familiar, de brincadeiras, contos de fadas, sempre no sentido de chamar sua atenção, explicando e reforçando o que se defendia no conteúdo dos textos, colocando-lhes num universo repleto de deveres, comportamentos aceitáveis e direcionamentos que não se podiam contestar.

Tal estrutura dos compêndios denunciava o caráter com que o ensino da leitura esteve veiculado à religião, mesmo com o crescimento dos livros destinados “exclusivamente” ao aprendizado do saber ler, se observado o fim principal com que eram elaborados. A verdade deste ensino, diga-se os métodos, a pedagogia e as formas de leitura, só poderiam ser elaboradas a partir da doutrina cristã católica, dos elementos de sua teologia e moral, como há tempos o eram, ou seja, “por analogia à própria dogmática da igreja” (Boto, 1999, p. 249). Nesse ponto, as imagens, mais do que acompanhar os textos ou atuarem como dispositivos estéticos, deixando os livros inclusive mais caros, exerceriam função primordial: explicariam ou mesmo direcionariam as formas de leitura. Nas gravuras que representavam crianças de mãos postas em sinal de oração ou quando traziam mães lendo para seus filhos, não era apenas a religião que deveria ser cultivada dentro do lar, mas a própria leitura como prática ora individual e silenciosa, ora elevada a fé, ou coletiva, presidida pela mãe e reunindo os membros da família, a depender das situações do dia a dia.

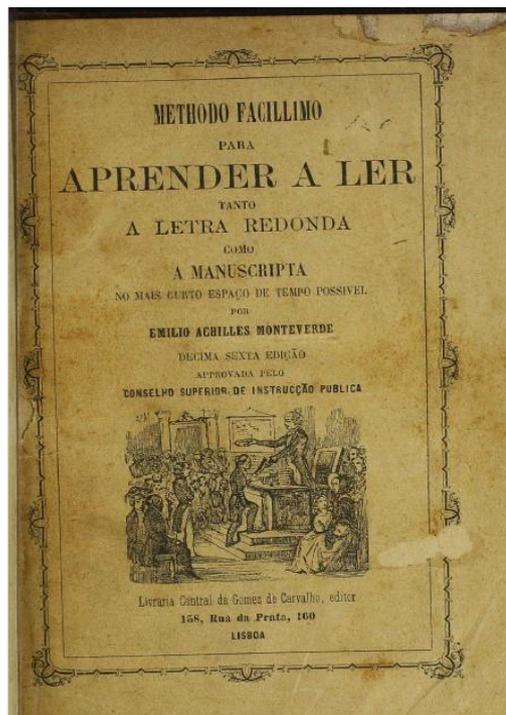
Pelas fábulas e pequenas histórias, a ladainha a ser decorada não era mais aquela da liturgia, mas a compreensão de que se deveria conviver [isso nas lições a serem tomadas para a vida] com as histórias bíblicas, não somente porque a religião católica estava arraigada na sociedade oitocentista (3), mas porque as lições deixavam claro que, se quisessem viver na abundância, pela ordem do trabalho, ou ter algum sucesso, o caminho seria andar nos ditames da moral evangélica católica, tomando tais lições como prática até mesmo das questões mais ordinárias do dia a dia.

Em tal cenário, nos livros de leitura de Abílio, a convivência entre religião, fé e ficção incidia e, por vezes, fundia-se às narrativas da vida real dos sujeitos, isto porque os leitores, na medida em que liam, eram chamados a trazer a própria história como via de autocontrole de suas ações, conforme apregoado pelo livro sagrado, para quem muitos achavam ser o único suporte confiável em que se podia obter explicação para as coisas terrenas.

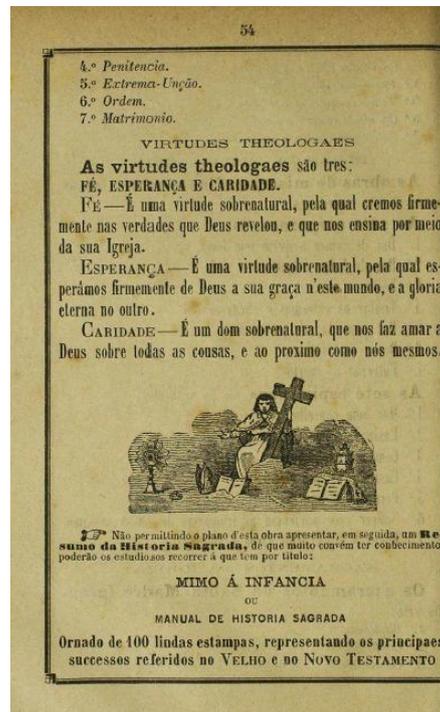
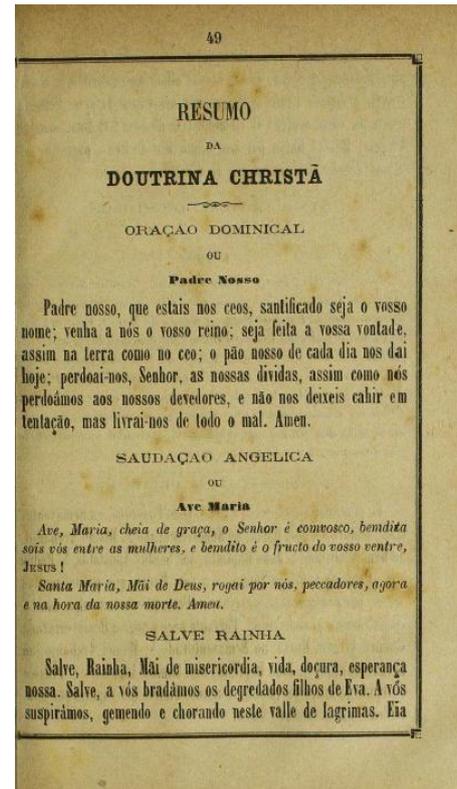
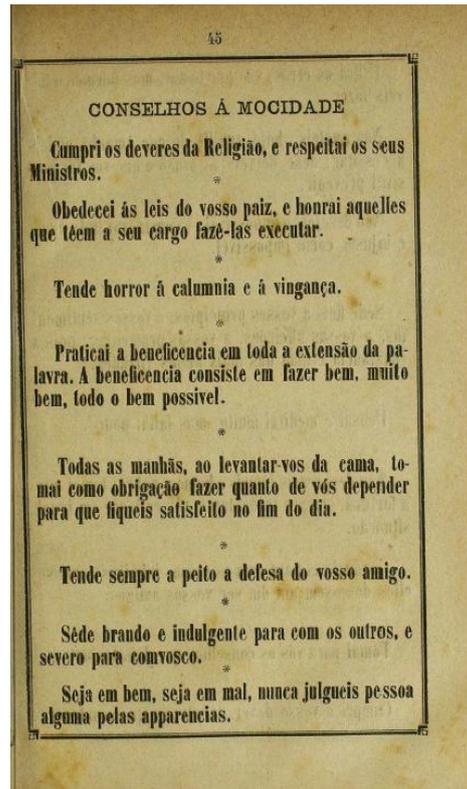
No período anterior à publicação do “Segundo Livro de Leitura” de Abílio Cesar Borges, já circulava desde 1861, no Ceará, o livro “Método Facílimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo possível”, de autoria de Emílio Achilles Monteverde (4). Composto por saberes destinados mais ao ensino da doutrina cristã do que mesmo ao

aprendizado da leitura, os interessados podiam adquiri-lo na livraria de Joaquim José de Oliveira e na Tipografia e Casa do Sr. Villar, como anunciado no “Cearense” em junho de 1861 a março de 1862 ininterruptamente. Nessa Tipografia, estavam à venda inúmeras outras produções destinadas às escolas públicas e particulares, como o “Lições Morais”, título presente no inventário dos livros existentes na livraria de Joaquim José de Oliveira, em 1872 (5), o “Deveres do Homem”, por Silvio P., o “Bom Homem”, por Ricardo, e tantos outros considerados, ao longo do século XIX, *best-sellers* do mercado de produção escolar (Cearense, 1861, p. 4).

A depender da página que se abria, podia-se facilmente confundir o “Método Facílmo”, impresso de grande circulação nas províncias do Império, como visto nos anúncios de jornais e nas correspondências da Instrução Pública do Ceará, com um compêndio religioso, isto porque na sua décima sexta edição, publicada pela Livraria Central de Gomes de Carvalho, de Lisboa, após às explicações sobre ditongos, vinham os “Conselhos à mocidade” (Monteverde, [18--], p. 45), em seguida, o “Resumo da doutrina cristã” e o “Mimo à infância ou manual de história sagrada ornado com 100 lindas estampas representando os principais sucessos referidos no velho e novo testamento”. Nessa parte, enfatizavam-se a “moral da religião cristã”, os “principais deveres dos meninos”, as “máximas, sentenças e pensamentos morais”, e as “regras úteis para se observarem na vida” (Monteverde, [18--]).



**Figura 2:** Capa do livro *Methodo Facillimo para aprender a ler*, de Achilles Monteverde.  
**Fonte:** MONTEVERDE, Emilio Achilles. *Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--].



**Figura 3:** Livro Methodo Facilimo para aprender a ler, de Achilles Monteverde. **Fonte:** MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita.** Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 45, 49, 54, 55.

O “Método Facílmo” apresentava os assuntos religiosos no formato de instruções, direcionamentos e sentenças, sempre alternando entre conteúdos estritamente relativos à leitura do código e outros tantos indo da religião às invenções portuguesas. Em tais partes, não era estabelecida qualquer relação com o ensino da escrita, a menos que o aluno já tivesse certas habilidades, o que as utilizaria para o seu aprimoramento. Seguiu o formato dos livros de leitura daquele período, uma espécie de pequena enciclopédia que, mesmo se apresentando como um livro para se ensinar a ler, a religião ganhava espaço de prestígio.

As lições e ensinamentos colocavam o leitor de cheio em uma atmosfera não apenas de alfabetização, no sentido de marcar a necessidade de ser instruído nos ensinamentos que compõem os diferentes saberes do currículo primário, mas de uma série de prescrições que procuravam fazer com que se elaborasse um controle de si, de seu quarto, de seu espaço doméstico, assim como o “controle de uns sobre os outros” (Boto, 1999, p. 246 e 247), criando uma consciência culpada, onde a razão [o racional] discerniria entre a prática do que seria “adequado”, como também o sentimento de culpa quando se incorresse no que julgavam ser erros.

## O ENSINO DA LEITURA E O CULTO AO TRABALHO

A investigação nos livros destinados ao ensino da leitura, impressos que, junto aos catecismos diocesanos, compunham, muitas vezes, os únicos livros presentes nas aulas primárias, permite concluir que a escola no Ceará, na segunda metade do século XIX, de fato, é mais moralizante e regulamentar do que voltada para a formação de algum ofício. Embora o trabalho passe a ocupar mais espaço na medida em que as discussões em torno das mudanças que se acreditavam necessitar o currículo primário ganhavam maior força, especialmente na última década do século, os conteúdos dos impressos utilizados no ensino de nível primário já traziam destacadamente, desde o início da década de 1860, a exaltação ao trabalho como sendo da ordem que “civiliza e que ao mesmo tempo constitui recompensa” (Roche, 2004, p. 352). Nas historietas, fábulas e máximas “o dever do trabalho” (Geremek, 1995, p. 290) e da religião é lembrado em todas as situações cotidianas das personagens, como observado no Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges.

— 48 —

Sabei, bons meninos, que a caridade para com os infelizes é a virtude mais preciosa aos olhos de Deus.

E essa virtude nunca se manifesta melhor do que quando se dá esmola aos pobres.

Quando Jesus veio ao mundo para nos livrar da perdição, nunca cessou de recommendar a virtude da caridade.

E dizia o Senhor :

« Quem dá esmola aos pobres, é a mim que dá.

« E quem dá *um* na terra, no reino dos céos receberá *cem*. »



JACINTHO

ou

O PEQUENO FABRICANTE DE CESTOS

Os paes de um menino chamado Eduardo eram muito ricos ; e este, confiado na grande riqueza que tinha de herdar, nunca estudava suas lições, desprezava o trabalho, e nem sequer olhava para seus livros.

— 50 —

Pelo contrario o pequeno Jacintho, que vivia na vizinhança de Eduardo, era um menino bastante pobre, porém muito diligente e industrioso ; e tinha uma grande habilidade para fazer cestos.

Um dia, enquanto Eduardo estava pescando á beira do mar, e Jacintho se occupava em cortar cipós para fazer cestos, foram ambos agarrados por piratas, os quaes os levaram para bordo de seu navio, e faziam tenção de vendel-os como escravos.

Quando iam navegando pelo mar em fóra, levantou-se um medonho temporal, que atirou com o navio sobre os rochedos de uma ilha desconhecida.

Todas as pessoas que estavam na embarcação morreram, excepto

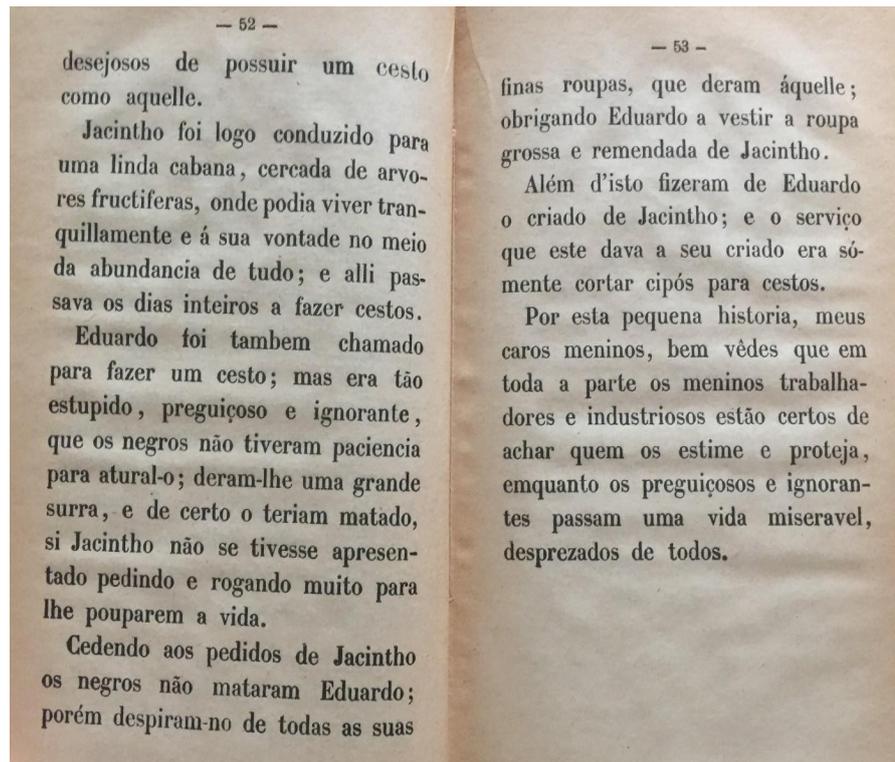
— 51 —

aquelles dous meninos, os quaes, como por milagre, chegaram a uma terra habitada por negros selvagens.

Então Jacintho pensou que poderia agradar áquelles barbaros, trabalhando e fazendo alguns bonitos cestos : assim, tomou seu canivete, cortou alguns cipós e os trançou, fazendo um bello cesto.

Muitos dos negros, homens, mulheres e meninos, vendo Jacintho occupado em fazer o cesto, chegaram-se para perto, e ficaram atentos ao redor d'elle, olhando com grande curiosidade como elle trabalhava, e cantava alegremente.

Quando o cesto foi acabado, deu-o Jacintho de presente ao principal, ou chefe da terra ; e todos ficaram



**Figura 4:** Historieta presente no Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges. **Fonte:** BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. 49, 50, 51.

No “Método Facílmo”, como visto no tópico anterior, o trabalho e a economia estariam diretamente relacionados à liberdade e independência: ‘conservemos pois a nossa liberdade e a nossa independência. Sejamos laboriosos e livres; sejamos econômicos e independentes’ (Monteverde, [18--], p. 145). É preciso assinalar que, nos manuais destinados ao ensino da leitura, como o dito de Monteverde, assim como a coleção de autoria do professor Abílio, a escravidão pouco aparece. Há, na verdade, certo silêncio com relação ao sistema de mão de obra escrava quando se discute sobre trabalho. Pela via da religião, a dependência à qual esses compêndios se referiam era a das camadas pobres e livres, especialmente pela posse da terra que não tinham. Aos alunos, restava o entendimento das relações de dependência como meio de se fazer “caridade”.

O trabalho aparecia como o “remédio” quer contra os vícios quer contra a miséria. Um dos principais deveres dos meninos constituía em ser “com os pobres e necessitados caritativo” (Monteverde, [18--], p. 57), pois “a existência desses infelizes dependia unicamente da caridade dos seus semelhantes” (Monteverde, [18--], p. 57), como estabelecido na parte “Mimo à infância ou manual de história sagrada ornado de 100 lindas estampas, representando os principais sucessos referidos no velho e novo testamento”, no “Método Facílmo”. Nesse livro, as ações de assistência constituíam assunto tratado nos conteúdos religiosos. Como medida de salvação da alma, a atividade assistencial estava muito mais associada ao trabalho do que mesmo à esmola. Além de as chances de salvação da alma serem maiores, como se acreditava, conceder trabalho às

camadas pobres era fundamental à disciplina e obediência necessárias à sociedade capitalista do século XIX.

Utilizado como instrumento de elaboração de tal consenso, nas “máximas” presentes ainda no referido livro, “o trabalho trazia consigo comodidades, abundância e consideração” (Monteverde, [18--], p. 141). Nesse ponto, uma indagação se torna fundamental: como fazer a maioria das crianças da instrução primária acreditarem que, por meio do trabalho, viveriam na abundância se seus pais passavam a vida inteira trabalhando e, ainda assim, quando conseguiam comprar seus livros era com muito esforço e sacrifício?

Na imprensa, nessa época, entre as questões da ordem do dia, estava a necessidade de regular, aliada à religião e ao trabalho, a população pobre e livre. No dia 3 de março de 1872, a “Tribuna Católica”, periódico religioso, literário e noticioso que saía todos os domingos sob os auspícios do bispo diocesano, publicou um artigo acerca da Instrução Pública, fundamentado numa retórica que primava pela “providência divina”:

Não se pode negar que a instrução em comum tem a vantagem aparente de formar, pelo contacto, o habito da igualdade entre o grande e o pequeno, entre o rico e o pobre, e de firmar sobre esta base a fraternidade fatora da liberdade; mas a experiência tem mostrado q’ não se tem conseguido com este sistema, senão estabelecer a licença e a anarquia na sociedade; porque os pequenos, igualhados aos grandes na escola, querem sê-lo também nos empregos do estado sem a mesma habilitação, e aplicam-se à política em vez de applicarem-se ao trabalho, para que os destinou a providencia (Tribuna Católica, n. 25, p. 1)

[...] E todos devem se aplicar a política, porque a isto foi que os destinou a Providência, e não ao trabalho? A direção da sociedade pertence a todos, e não aos poucos a quem Deus para isto deu a sabedoria?! (Tribuna Católica, n. 25, p. 1)

Aqui, cabem as análises de Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard. Embora discutindo sobre os discursos acerca da leitura e da escrita entre 1880 e 1980, cabe a apropriação para o contexto do Ceará direcionando especificamente à instrução. No final do século XIX, a Igreja teria que lidar cada vez mais com “uma longa crise que engendra simultaneamente a laicização da escola e do Estado, a ruptura dos equilíbrios tradicionais (evolução dos costumes, descristianização, escolarização generalizada etc” (Chartier e Hébrard, 1995, p. 23). Nessa época, as elites eclesásticas e os próprios funcionários da Instrução Pública, muitos dos quais católicos, defendiam que as tentativas de controle sobre a instrução/escolarização pareciam não só um direito da Igreja, mas seu dever (Chartier e Hébrard, 1995, p. 22).

Para as elites eclesásticas, as camadas pobres tinham sua importância no desenvolvimento e progresso da sociedade, à época, pela via de sua mão de obra, constituindo, mais do que qualquer outra coisa, “um conjunto de força de trabalho, potencial ou real” (Bresciani, 1994, p. 88), ora no seu interior, ora posta de lado, ficando à espera de ser tomada quando a necessidade exigisse. Aqui, o pensamento religioso católico, sustentava-se, como vinha há tempo, sob a égide, como dito por Bronislaw Geremek, do “trabalho como dever dos pobres e

fundamento do seu estatuto” (Geremek, 1986, p. 276). Essa população pobre e livre compunha uma espécie de “riqueza da nação” (Bresciani, 1994, p. 98). Seu lugar na esfera social estaria associado não apenas à sua condição de pobre, reunindo toda a extensão de dependência no interior do sistema econômico e de privação material, mas porque a “providência”, pela qual se compreende a “lei natural”, os teriam feito “pequeno” com destino à função de trabalhar. Assim, sob o princípio de certo rearranjo imposto pela “força celestial”, esses indivíduos estariam fora da política ou mesmo da dimensão administrativa da sociedade.

Vê-se que a “Tribuna Católica” procurava apresentar justificativas para as posições que os sujeitos ocupariam na esfera social e política. Uma educação legitimada pela própria “providência divina”, sendo a Igreja a instituição capaz de direcionar os indivíduos aos seus papéis na composição social. O exercício da política por meio dos cargos públicos cabia exclusivamente à elite. Sob essa lógica, pode-se concluir que o ensino secundário e, posteriormente o superior, era destinado à formação dos futuros dirigentes da estrutura político-administrativa, já o ensino primário, a que as classes menos favorecidas economicamente eram direcionadas, formaria a mão de obra necessária para o trabalho livre. Para a referida folha, a transgressão dessa “lei natural” (Bresciani, 1994, p. 88 e 89), levaria à “anarquia”, que, no seu discurso religioso, ganha uma conotação “negativa”, mas que, na prática, significava muito mais um receio quanto à capacidade de rebelação da população que, embora não levasse a grandes rupturas, poderia incomodar e pôr em pauta os privilégios e a manutenção de uma ordem verticalizada, da qual as camadas dominantes procuravam redimensionar, dentro das relações sociais, a seu favor.

A difusão da instrução às camadas pobres podia representar uma ameaça às classes mais favorecidas que, pela exploração sobretudo de sua mão de obra, mantinham os privilégios de uma pequena parcela da população. O temor era o de que o acesso às letras despertasse para a liberdade e independência. Nos meios ilustrados, a defesa de que as luzes deveriam ser levadas a todos os segmentos da população, inclusive aos mais pobres, trazia em si uma complexidade que envolvia forças políticas, religiosas e interesses diversos. Para vários membros da classe ilustrada e dirigente na Província, permitir que todos recebessem instrução, estando no mesmo patamar de acesso aos bens de natureza cultural, era o mesmo que implantar a “anarquia”, como dito anteriormente. Conceber que o filho do alfaiate, do agricultor ou do operário tivesse tempo disponível para se dedicar à leitura de algum livro, ou que tivesse seus estudos continuados após o ensino primário, traria a desordem na hierarquia de organização da sociedade oitocentista, dado que “ler e estudar é um ‘ornamento’ das classes tradicionalmente cultas” (Cavallo, 2002, p. 76).

Permitir que os pobres, que passavam a vida inteira na labuta, saíssem da condição de dependência, passando a acumular algum capital fosse financeiro ou cultural, faria com que os pequenos quisessem se “igualar” aos “grandes”, e, portanto, não apenas o “rebaixamento” (Lapa, 2008, p. 46). das camadas mais abastadas haveria de acontecer, como no dizer de Amaral Lapa, mas a desordem e agitação na própria estrutura social, haja vista os que a “providência” havia designado como os que deveriam manter, por meio de sua força de trabalho as bases do estado, estarem “rompendo” com tal lógica. A “Tribuna Católica”, nessa época, não tardou em veicular em suas páginas críticas à teoria da igualdade social ou democracia socialista, em discussão na Europa. Para a Igreja Católica,

como reiterado por Amaral Lapa, “era preciso fazer crer que a luta de classes com a consequente igualdade desta, apanágio da teoria socialista, era definitivamente uma aberração” (Lapa, 2008, p. 46). Para as elites eclesiásticas, era inaceitável o “abaixamento das classes superiores ao nível das inferiores [...], ou a elevação destas ao alto daquelas” (Lapa, 2008, p. 46), pois levaria a “desarmonia de usos, de costumes, de educação e de vida e a consequente confusão social” (Lapa, 2008, p. 46).

A instrução, como defendia o jornal “Tribuna Católica”, estava “inserida no mundo das representações que distinguem os grupos sociais” (Cavallo, 2002, p. 77). Distinguiu de tal forma que demarcava lugares e funções no interior da hierarquia social, incluindo uns e excluindo outros. Para as camadas pobres, o trabalho não seria garantia para a fartura, ao contrário, embora vivessem do suor de seus braços, chegando todos os membros da família a exercerem alguma atividade, estas mal davam para garantir as necessidades diárias, de forma que outras poderiam deixar de ser atendidas quando reservavam quantias para a compra de livros escolares ou qualquer outro material destinado à instrução de seus filhos. O discurso civilizador dos homens da política e das letras, muitas vezes inflamado pelo prisma da religião, pintava um futuro longe do alcance do povo simples. A “Terra Prometida” e a “Jerusalém Celeste”, apresentada nos compêndios escolares de moral e religião estavam distantes do “horizonte de expectativas” (Koselleck, 2006) da maioria da população.

Como instrumentos de implementação de projetos políticos, os livros escolares procuraram, sobretudo pelos seus conteúdos, apaziguar ou mesmo pacificar as diferentes condições sociais àquele momento, difundindo uma “moral consensual” (Bragança, 2006, p. 558) – como no dizer de Aníbal Bragança. Aliado ao sistema de valores da doutrina cristã católica, tal consenso serviu no culto ao progresso, dedicando à igreja parte do que se poderia eleger como veículos de construção da tão afamada modernização, expresso na busca de “uniformização e homogeneização das diferentes culturas e realidades sociais, ao mesmo tempo que fortalecia o sentimento nacional” (Bragança, 2006, p. 558).

A instrução primária, nesse momento, como bem de natureza cultural, não ficou de fora desse circuito, seja pela circulação de impressos escolares, especialmente entre Rio de Janeiro, Lisboa e França, atendendo a um caráter mais comercial; ou pela adoção de medidas que organizavam a instrução formal nesses países, como referência para aparelhar o ensino público primário no Império do Brasil. Essa dimensão do ensino, portanto, serviria como meio para se apaziguar o crescimento da violência que, segundo as classes dirigentes, vinham dos segmentos pobres da Província, tão afeitos aos vícios e aos crimes. Colaboraria na construção de um estado civilizado e hegemônico, imprimindo entre os diversos segmentos a aceitação de relações que concebiam a classe dirigente como aquela apta a direcionar os rumos do país, como sendo parte da vontade divina e das forças que compunha a sociedade oitocentista.

O fato é que essa ordem era justificada na própria literatura escolar e religiosa (catecismos, livros de história sagrada e de liturgia) como algo natural, como se esses rearranjos fossem parte da própria organização social de forma a manter o equilíbrio e bem-estar. Na educação dos pobres, conformavam um universo de leitura que procurava justificar a pobreza e ordem social.

Naquela época, era possível encontrar nos manuais de leitura elementos para uso diário dos sujeitos, como orações e cânticos, sentenças e instruções,

sempre a partir da relação com o tempo das atividades de trabalho dentro e fora do lar. Os conteúdos referentes às atividades na agricultura, no campo, direcionados a camponeses e comerciantes, trazem indícios de que tais livros foram elaborados para serem lidos inclusive nas horas de descanso, ou mesmo no ambiente de trabalho, agindo como momento de formação, direcionando ações para se alcançar maior “sucesso” em seus ofícios.

As orações e cânticos destinados ao espaço familiar deveriam, senão ser cantados, ao menos pronunciados ao acordar e antes de dormir. Assim, os livros de leitura seguiam uma ordem específica, a do autocontrole e a da formação para o trabalho. Pelo conteúdo, o desejo dos autores, era o de que a sua leitura fosse feita quando as atividades diárias fossem encerradas e ao iniciar da manhã, dando ênfase, quando se tratava das atividades domésticas, à figura da menina, como apresentado no “Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras”, de Abílio Cesar Borges.

#### **Hino da menina cristã pela manhã**

Menina acorda! De te erguer são horas.  
Estuda exemplos no pequeno inseto.  
Deixa teu leito com tensões serenas;  
E teu trabalho recomeça alegre (BORGES, 1890, p. 220).

#### **Hino a ser cantando à noite**

Menina, diz, teu trabalho de hoje |  
Foi com paciência terminado e zelo?  
Se é, pois, assim, no travesseiro a fronte  
Encosta, e dorme sem temor de espinhos (Borges, 1890, p. 221).

Os contos de fadas e historietas traziam um repertório de inserção no mundo da leitura de modo que, já na infância, se formasse o trabalhador futuro, primeiro com as atividades realizadas no espaço doméstico, com o horário para acordar e se deitar, sempre em função, sobretudo entre os mais pobres, das atividades a serem realizadas no dia seguinte. Com o avançar da idade, vinham as tarefas no espaço religioso como o “ajudante de missa ou acólito” (Borges, 1869, p. 85) que se davam de forma concomitante aos afazeres no espaço do lar. Tais horários pareciam, na lógica da civilização contida nos manuais escolares, não apenas aspectos de organização para iniciar a cada dia as tarefas diárias, mas a via mais eficaz para manutenção da saúde do corpo, da fortuna e da inteligência. A saúde do corpo do trabalhador seria mantida pelo deitar-se e acordar-se cedo para dar início às atividades de trabalho. A regulação do seu cotidiano passaria pelo controle do tempo, aspecto pelo qual os livros de leitura tiveram papel definidor, por seus conteúdos falarem do tempo do progresso, do ritmo pelo qual se alcançaria não somente a abundância material, mas a saúde física, que na vida dos mais pobres removeria o aborrecimento, o vício e a miséria, bem como do tempo do cotidiano, daquele dispendido para o provimento das necessidades diárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximando-se o fim do Império, a necessidade de mão de obra para o trabalho livre fazia surgir, cada vez mais, a exigência de se criar nos livros escolares, mas também no que circulava como saberes, “uma nova prática disciplinar que levasse em conta o saneamento do trabalhador” (Lobo, 2008, p. 236), que, por ser proveniente, segundo se acreditava, de “uma classe social destituída de bons hábitos, seria naturalmente propenso às enfermidades do corpo e da mente” (Lobo, 2008, p. 236). O corpo saudável viria do exercício diário de trabalho. Assim, a educação propagada pelos compêndios passaria primeiro pelo corpo, com a formação do sujeito higienizado e saudável apto a compor a mão de obra necessária àquela época. A infância a ser construída estava a olhar sempre para a formação do adulto futuro.

Os comportamentos considerados “ideais” eram elaborados nas lições, a partir “de uma dada recorrência ao passado” por meio do texto bíblico, que seriam vivenciados na ordem do presente, almejando-se, ao mesmo tempo, na instrução primária, a formação do caráter do homem adulto, do trabalhador futuro, da dona de casa futura. O sujeito [os personagens] a quem as pequenas histórias se referiam era virtuoso, subordinado, sujeitado a uma ordem que não era a sua própria, pela liberdade e independência, mas a do patrão, a dos condicionamentos sociais elaborados para a manutenção dos privilégios e da ordem.

Um conjunto de regras era-lhes imposto de forma precoce aliada à dimensão da fé, que ocupava lugar de prestígio em toda a materialidade desses livros. “Havia praticamente uma combinação entre as prescrições religiosas e uma ética do trabalho que parecia ser desejada para compor a sociedade do futuro” (Boto, 1999, p. 250). Quando da necessidade de se realizar algum trabalho no espaço do lar ou na igreja, as brincadeiras, ou qualquer outra ocupação que não estivesse voltada para o cumprimento de algum dever, deveria ser deixada de lado. Devia-se “sacrificar os prazeres ao cumprimento dos deveres”, como dizia Abílio Cesar Borges em seu “Segundo Livro de Leitura” (Borges, 1869, p. 107). Desde tenra idade, a máxima maior era a de que esse tempo deveria ser ocupado com o trabalho, ao contrário se tornariam vadios e preguiçosos. “O trabalho deveria ser sua única distração” (Perrot, 2020, p. 304). Para os mais pobres, a ordem do trabalho seria para atender às expectativas de seu presente, das precisões de cada dia.

As atividades no espaço doméstico, mesmo aquelas dos recônditos do mundo do lar, como a organização do quarto, dos itens de uso particular, e as desenvolvidas para gerir o próprio orçamento e possível sustento, ou aquelas realizadas nos rituais católicos, como a missa, trazidas nos enredos das histórias, pareciam ir ao encontro da proposta educacional da instrução primária naquele momento. O que poderia ser, aos olhos do historiador mais desatento, pela leitura dos compêndios escolares do século XIX, mais uma questão relativa ao cotidiano dos sujeitos, sendo as atividades que cada membro exercia como questão própria ao funcionamento e organização familiar, se pensadas num campo maior, revelará uma correlação íntima entre alfabetização, disciplina, trabalho, poupança e orçamento.

Os “conselhos à mocidade” no “Método Fácilimo” insistiam de forma constante na economia e poupança. A ausência de dinheiro poderia causar a falta

de probidade. Assim, a necessidade de poupar também estava relacionada à manutenção da ordem, pois, na vida dos mais pobres, as precisões levariam à desonestidade, como se afirmava constantemente nas sessões das Assembleias Provinciais. A esses sujeitos, o trabalho seria “a origem da felicidade, e a mais segura, além de ser uma condição essencial para a saúde e para o vigor do corpo” (Borges, 1890, p. 181), como dito na história “O lavrador e seus filhos ou os frutos do trabalho”, no “Terceiro Livro de Leitura de Abílio”:

Demais o trabalho é um dever para o homem. ‘Vós comereis vosso pão amassado com o suor de vosso rosto’, disse Deus fazendo alusão à necessidade que cada homem tem de trabalhar, para não passar pela humilhação de pedir”. É porém evidente que o obreiro sedentário, que trabalha sem esforço corporal e com menos fadiga, o homem que trabalha com o espírito e com a penyyfa, mas de um modo útil à sociedade, preenchem igualmente a lei divina, ainda que o suor lhes não venha negar a frente (Borges, 1890, p. 181).

A naturalização da miséria dos mais pobres por meio do texto bíblico, dava-se sem nenhuma parcimônia nos manuais voltados ao aprendizado da leitura. O trabalho que gerava fadiga e cansaço, como as tarefas na lavoura, seguia a mesma ordem de justificação pela via da escritura sagrada, na medida em que nas histórias é dito que o trabalho era um dever do homem devendo o pão ser obtido com o suor do próprio rosto. (Borges, 1890, p. 181) Observando tal lei, os sujeitos fariam a sua própria felicidade, pois havia cumprido o preceito divino e conseguido a aprovação da própria consciência, assim como a dos outros. (Borges, 1890, p. 182) Achilles Monteverde não se absteve em selecionar as fábulas, histórias e verbetes que versavam sobre trabalho e providência divina.

Portanto aquele que for laborioso, não deve temer a miséria, pois a fome passa pela porta do homem diligente, sem se atrever a entrar-lhe em casa. A justiça tampouco nela penetrará, por isso que o trabalho paga as dívidas, quando a ociosidade as aumenta (Monteverde, [18--], p. 140).

Trabalhem incessantemente desde pela manhã até à noite, visto que não sabemos se no dia seguinte o poderemos fazer. Por isso diz com muita razão o Bom Homem Ricardo: ‘vale mais ter um hoje que dois amanhã. – Guarda o que comer e não guarda o que fazer’ (Monteverde, [18--], p. 141).

Está-me parecendo ouvir perguntar-me: e não será lícito ter alguns momentos de ócio? Mas eu responderei com o que diz o Bom Homem Ricardo: Empreguemos bem o nosso tempo, se quisermos ter direito ao descanso; e não percamos uma hora, já que não podemos contar com um só minuto (Monteverde, [18--], p. 141).

As expectativas de futuro, sempre pautadas na situação presente, enchiam de angústia o povo pobre, que, em sua maioria, vivia na dependência tanto dos detentores dos privilégios quanto das forças celestes, único suporte a quem devia se esperar algo, como muitas vezes afirmavam em seu cotidiano. A providência

foi utilizada nessas histórias, como as de autoria de Visconde de Castilho, como justificativa para se manter certo estado de passividade, pois a angústia e preocupação constante na vida das classes mais necessitadas poderiam levar à transgressão, aos motins e aos furtos. Tratava-se, portanto, de uma literatura escolar, cuja doutrina e moral evangélica católica traziam a gratidão, como virtude que, na vida dos pobres, agiria contra o descontentamento, a sublevação.

No universo dos manuais religiosos e dos livros de leitura, os clérigos e os leigos deveriam caminhar com cautela. A Igreja, temerosa das diferentes interpretações que os leigos poderiam fazer da leitura dos livros e legislando sobre o que poderia ser lido nas diferentes classes e posições sociais, procurava manter seus valores e dogmas presentes na vida dos sujeitos. O caráter ambíguo da mensagem bíblica, que podia, a depender da leitura, tanto “ensinar a subserviência quanto justificar a rebeldia” (Costa, 1998, p. 29), preocupava padres, intelectuais e políticos, pois acreditavam que tais passagens pudessem favorecer a ideia de liberdade e independência. As mensagens veiculadas nos livros destinados ao ensino da leitura não poderiam dar aos oprimidos um código para julgar seus opressores” (Costa, 1999, p. 31).

Certamente, o temor era de que as compreensões que se fizessem desses livros levassem ao entendimento de que a leitura poderia ser um ato de transgressão e resistência. Nesse movimento, surgia uma questão latente para a qual todas as outras convergiriam: controlar a compreensão que viesse a fugir dos ditames da moral católica, da fé, que indagasse, e tornasse passível de discussão o que vinha sendo imposto pelas diversas forças, entre elas a Igreja, como dogma e ensinamento religioso. Não é à toa que, no “História Sagrada”, de José Ignacio Roquete, são veiculados conselhos “acerca das disposições com que haviam de ler a palavra de Deus, se desejavam que sua leitura lhes aproveite” (Roquete, [s.d], p. XIII). Temia-se a “transgressão da leitura” (Boto, 1999, p. 249), de que, a partir de seus códigos de compreensão do mundo, fizessem sua própria leitura, inclusive de sua realidade atida às suas condições sociais.

## The teaching of reading, religion and work in the reading books of Abílio Cesar Borge

### ABSTRACT

The growth of the book trade in the second half of the 19th century, especially with the attempts to expand the reading and consuming public, led to the emergence, in an increasingly incisive way, of school literature that proposed to continue to use religion as a way of pacifying differences, taking faith as the defining dimension of that order through sacred scripture. For this, the book par excellence would no longer be the Bible, at least in its direct materiality as in the 18th century, nor only religious books. School compendia, especially reading books, although they pointed out some changes, such as the insertion of teaching that focused on intuition as opposed to methods based on decoration, were assuming an important role in the elaboration of the cult of progress combined with religion and work. In this sense, this article seeks to investigate the process of dissemination of letters as a way of building and accepting a certain project of society that would be given to the poorest through religion and work, with school manuals, more specifically Abílio Cesar Borges' reading books, used in Primary Public Instruction in Ceará, in the second half of the 19th century, being the main instruments through which this project would be carried out.

**KEYWORDS:** Reading books. Primary Public Instruction. Teaching reading. Religion. Work.

# La enseñanza de la lectura, la religión y el trabajo en los libros de lectura de Abílio Cesar Borges

## RESUMEN

El crecimiento del comercio del libro en la segunda mitad del siglo XIX, especialmente con los intentos de ampliar el público lector y consumidor, propició el surgimiento, de forma cada vez más incisiva, de una literatura escolar que proponía seguir utilizando la religión como forma de pacificar las diferencias, tomando la fe como dimensión definitoria de ese orden a través de las sagradas escrituras. Para ello, el libro por excelencia ya no sería la Biblia, al menos en su materialidad directa como en el siglo XVIII, ni sólo los libros religiosos. Los compendios escolares, especialmente los libros de lectura, si bien señalaron algunos cambios, como la inserción de una enseñanza centrada en la intuición en contraposición a métodos basados en la decoración, fueron asumiendo un papel importante en la elaboración del culto al progreso combinado con la religión y el trabajo. En este sentido, este artículo busca investigar el proceso de difusión de las letras como forma de construcción y aceptación de un determinado proyecto de sociedad que sería entregado a los más pobres a través de la religión y el trabajo, siendo los manuales escolares, más específicamente los libros de lectura de Abílio Cesar Borges, utilizados en la Instrucción Pública Primaria en Ceará, en la segunda mitad del siglo XIX, los principales instrumentos a través de los cuales se llevaría a cabo este proyecto.

**PALABRAS CLAVE:** Leer libros. Instrucción Pública Primaria. Enseñar a leer. Religión. Para trabajar.

## NOTAS

1 Para inúmeras crianças da instrução primária, essa cultura erudita religiosa foi ensinada de forma “puramente oral”, na medida em que a penúria de livros não permitia que todos tivessem a posse do impresso. Quando muito, apenas os professores e alguns poucos teriam que dividir os exemplares nas aulas. Sem contar que passavam semanas escrevendo em pedras, por falta de folhas.

2 Nesse cenário, o Ginásio Baiano (1858) e o Colégio Abílio (1871) foram os primeiros estabelecimentos educacionais a fazer propaganda contra a palmatória. Na Bahia e demais províncias do Império, circulavam documentos como o escrito “Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade”, de autoria do próprio Abílio Cesar Borges, extraído do Globo e publicado pela Tipografia Cinco de Março em 1876. No movimento de “guerra à palmatória”, o Barão de Macaúbas [Abílio Cesar Borges] inclusive envia um exemplar deste impresso ao jornal Cearense.

3 Nesse caso, a presença do catolicismo obedece a diversas ordens, seja por via do Padroado, como força que não se restringia à dimensão religiosa, ou por meio da instrução às coisas sagradas, pois necessitariam delas nas mais diversas situações, inclusive como principal requisito para tornar-se professor primário. Nos Exames de Capacidade Profissional, por exemplo, as provas traziam trechos de livros como a “História de Simão de Nantua ou Mercador de Feiras”, de Laurent Jussieu, e de Iris Clássico, a fim de apresentar aos candidatos mensagens que traziam “regras de civilidade”, comportamentos, virtudes, “aperfeiçoamento moral”. Era pedido para dissertar sobre a “necessidade da religião em geral e vantagem do catolicismo”. Para mais informações acessar: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1864. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1864. BR CEAPEC IP CO EXM 01 03 (142) CX 70.

4 No anúncio em questão, o nome do autor não é veiculado, apenas o título da obra.

5 Para mais informações ver: Inventário de Angélica Alexandrina de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/CE, Pacote 33, processo 16, 1870, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Abílio Cesar. **Plano de estudos e estatutos do Colégio Abílio fundado na Corte do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872.

BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869.

BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890.

BORGES, Abílio Cesar. **Vinte e dois anos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brasil (Fragmentos publicados no Jornal do Comercio em 1880)**. Bruxelas: Tipografia e Litografia E. Guyot, 1884.

BORGES, Abílio Cesar. **Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (extraído do O Globo)**. Rio de Janeiro: Tipografia Cinco de Março, 1876.

BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, parte: Os passarinhos (história) de Visconde de Castilho.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOTO, Carlota. **O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX**. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999.

CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. *In: História da leitura no mundo ocidental*. CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). São Paulo: Editora Ática, vol. I, 2002.

Cearense, Fortaleza, 2 jun. 1876, n. 45, p. 2, 4 col. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=9870>. Acesso em: 14 de jan. 2024.

Cearense, Fortaleza, 25 jun. 1861, n. 1452, Anúncios, p. 4, 4 col. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=5102>. Acesso em: 14 de jan. 2024.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

CHARTIER, Anne-Marie e HÉRBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura 1880-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção na vida política no Brasil, Europa e Américas no século XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. (INTRODUÇÃO).

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na Literatura Europeia (1400-1700)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GEREMEK, Bronislaw. **História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986.

JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. *In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental*, vol. 2. Editora Ática, 1999, p. 90.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 140.

OSAKABE, Haqira. O mundo da escrita. *In*: ABREU, Márcia (org.). **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 1995.

Tribuna Católica, Fortaleza, 3 mar. 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 2 e 4 col. Disponível em: Acervo da Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Acesso em: 14 de jan. 2024.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis**, Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], 10ª ed. t. 1, p. VI.

**Recebido:** 21 fev 2025

**Aprovado:** 20 abr. 2025

**DOI:** 10.3895/rtr.v10n0.20265

**Como Citar:** MORAIS, C. S. O ensino da leitura, a religião e o trabalho nos livros de leitura de Abílio Cesar Borges. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 10, e20265, p. 1-22, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Cleidiane da Silva Moraes  
cleidimorais2010@hotmail.com

**Direito Autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

